## ATA N.º 10/2021

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/12/2021

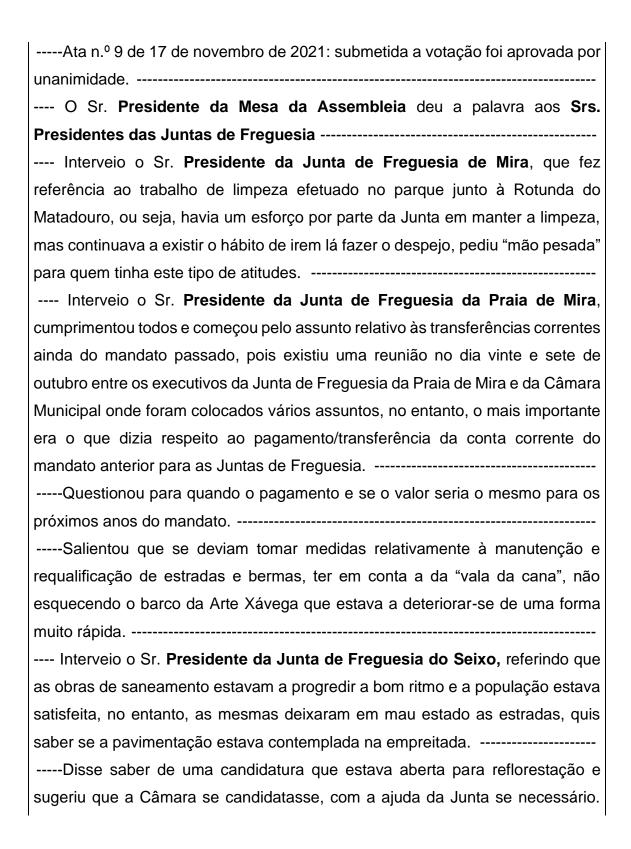
"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, reuniu
em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no edifício "Mira Center",
sob a presidência do Ex. <sup>mo</sup> Sr. Nelson Maltez secretariado pelo Sr. Luís Lavrador
1º secretário e pela Sr.ª Regina Serrano 2ª secretária
<b>Período da ordem do dia</b> (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro):
PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e
situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º
25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação -
Tomada de conhecimento
PONTO DOIS: Aprovação do orçamento, e plano orçamental plurianual,
opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos
plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2022, nos termos do disposto
na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na atual redação
PONTO TRÊS: Transferências de competências dos municípios para
as juntas de freguesia - freguesia de Carapelhos - apreciação e votação,
conforme previsto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de
abril
PONTO QUATRO: Protocolo de Colaboração entre a Associação de
Desenvolvimento Local da Bairrada (AD ELO) e o Município de Mira para
constituição de um geoparque "Atlantic Geopark" - "Geoparque do
Atlânico" - autorização de assunção dos compromissos plurianuais, nos
termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.
PONTO CINCO: Aprovação, nos termos do artigo 25.º, do Anexo I, da
Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação do Projeto Regulamento
de Gestão das Praias do Município de Mira

PONTO SEIS: Aprovação, nos termos do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei
n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, do Regulamento Centro
Circular
PONTO SETE: Aprovação, de acordo com o estipulado na alínea n) do
nº2 do artigo 23º conjugado com a alínea a) do nº1 do artigo 33º da Lei
75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação da Unidade Operativa
Planeamento e Gestão K - Zona Central da Vila de Mira
PONTO OITO: Aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo
33.º da Lei. n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, da
integração de servidão no domínio público municipal
PONTO NOVE: Autorização para a repartição de encargos para os anos
económicos de 2022 a 2023, bem como a emissão de autorização prévia
para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no
âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicação
no Jornal Oficial da União Europeia, para "Aquisição de serviços para o
sistema de gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mira"
PONTO DEZ: Indicação de um membro cada partido para integrar o
Conselho Municipal da Juventude de Mira, em cumprimento do disposto
no Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Mira, em
articulação com o artº. 26º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual
redação
PONTO ONZE: Constituição do Conselho Municipal de Educação /
eleição do representante das Juntas de Freguesia para representação das
Freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Educação, nos termos
do disposto no D.L. nº. 21/2019, de 30 de janeiro
PONTO DOZE: Eleição de representantes para a Comissão de análise
técnica das propostas de investimento ao orçamento participativo, nos
termos do disposto no nº. 1, do artº. 11º. do projeto de alteração ao
Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Mira

PONTO TREZE: Eleição de um autarca da freguesia como vogal do
Conselho Cinegético Municipal, nos termos do disposto no D.L. nº.
202/2004, de 18 de agosto, na atual redação
PONTO CATORZE: Eleição de um membro de cada grupo parlamentar
para a Comissão de Análise de Candidaturas, nos termos do Regulamento
de Atribuição de Lotes de Terreno para Construção de Habitação Própria
na Urbanização da Videira Norte
PONTO QUINZE: Restaurante-bar no Parque de Campismo Municipal,
não ocupado por motivo da pandemia do covid-19 - Isenção do pagamento
da segunda tranche da exploração de loja de conveniência - Tomada de
conhecimento
PONTO DEZASSEIS: Pronúncia de Não Aceitação- Transferência de
Competências para as Autarquias Locais - Domínio da Ação Social -
Tomada de conhecimento
Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr.
Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida e os
vereadores/a Artur Fresco, Madalena Santos, Tiago Cruz e Bruno Alcaide
Presença dos Membros da Assembleia Municipal
Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Nelson Teixeira Maltez,
Paulo Jorge Santos Grego, José Luis Pimentel Lavrador, João Luis dos Santos
Marques de Pinho, Maria de Lurdes Domingues Mesquita, Regina Maria Duarte
Serrano, Maria José Jesus Silva, Gabriel Miranda de Pinho, Carlos Jorge Santos
Nora, Guida Filomena de Jesus Reigota, Eurico Petronilho Martins, Manuel
Ferreira Inocêncio, Telma Milene Magueta Salvador, Andreia Sofia Simãozinho
Terrella illocericio, Terria ivillerie iviagueta Sarvador, Aridreia Soria Sirriaozinilo
Petornilho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Carolina Reigota em substituição de
Petornilho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Carolina Reigota em substituição de
Petornilho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Carolina Reigota em substituição de António Manuel Teixeira da Silva, Sara Patrícia Ferreira Braguez, Marta Sofia

Alberto Pessoa Mendes da Costa, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares
Reigota, do Seixo, Rui Pedro Pinho Rocha, dos Carapelhos, Carla Cristina
Conceição dos Santos
FALTAS
Verificou-se a falta de: António Manuel Teixeira da Silva e Fernando Manuel
Miranda Capelôa
HORA DE ABERTURA
Os trabalhos tiveram início às catorze horas e quarenta minutos, após a
verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente
referidas
PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA
Tomou o uso da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal
pedindo que fossem os líderes de bancada a informar quem eram os deputados
a intervir em cada ponto
APROVAÇÃO DE ATAS:
Ata n.º 6 de 02 de setembro de 2021: submetida a votação foi aprovada por
maioria com uma abstenção de Francisco Reigota e nove votos a favor
Não participaram na votação, em cumprimento do disposto no nº. 3, do artº.
34º. do Código do Procedimento Administrativo, os seguintes elementos, por não
terem estado presentes na reunião a que respeita a citada ata: Nelson Maltez,
José Luis Lavrador, Maria de Lurdes Mesquita, Maria José Silva, Guida Filomena
Reigota, Eurico Martins, Andreia Simãozinho, Carolina Reigota, Sara Braguêz,
António Gonçalves, Carlos Alberto Costa, Rui Pedro Pinho Rocha e Carla
Cristina Santos
Ata n.º 8 de 16 de outubro de 2021: submetida a votação foi aprovada por
unanimidade. Não participaram na votação, em cumprimento do disposto no nº.
3, do artº. 34º. do Código do Procedimento Administrativo os seguintes
elementos, por não terem estado presentes na reunião a que respeita a citada
ata: Pedro Laranjeiro e Eurico Martins



Ressalvou que a zona noroeste do Seixo tinha uma grande necessidade de
reflorestação
Interveio o Sra. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos
começou por dar o ponto de situação das "Varandas de São Bento" visto que a
obrar corria a bom ritmo e era notável a melhoria de há um ano para cá. Falou
da requalificação do parque infantil da associação como sendo uma boa medida.
Salientou o facto de receber algumas queixas por parte da população devido
à falha na recolha do lixo, ou seja, a mesma não estava a ser feita de uma forma
regular
Fez referência às más condições do asfalto em algumas vias e algumas das
situações eram crónicas, continuava assim a haver danos de algumas viaturas.
Em resposta o Sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes
e em resposta aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia começou por
dizer que naquela mesma reunião vinha um ponto para aprovação de
regulamento que estava diretamente ligado ao Ecocentro, no entanto, havia
outra coisa mais importante que era a parte educacional das pessoas no sentido
de colocarem o lixo nos sítios que estavam preparados para aquele efeito
Relativamente ao pagamento das despesas correntes, o mesmo seria pago
no início do ano de 2022. Quanto a valores a serem atribuídos só ia haver uma
decisão nas primeiras semanas do ano
Na freguesia do Seixo as obras quanto ao arranjo das estradas seriam feitas
em março dado que estávamos no inverno e era mais viável fazê-lo depois
Em relação à reflorestação afirmou que já estavam a trabalhar naquele
projeto e estarem para definir as áreas para aquele fim
Na freguesia dos Carapelhos, afirmou estar a gostar das obras nas Varandas
de São Bento e ressalvou a obra/sede do "Grupo Motard" que iria ser feita bem
como a ajuda que ia ser dada ao grupo de folclore
Deu conta que estava a ser feito um concurso novo e estava-se a corrigir
algumas lacunas tais como, os circuitos de recolha

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos Membros da
Assembleia para as habituais intervenções
Interveio o Sr. Augusto Miranda (CHEGA), cumprimentou todos e
notabilizou o facto de a documentação ter sido entregue de forma atempada e
da reunião acerca do Regimento ter sido marcada para o início do novo ano
Tomou o uso da palavra o Sr. Paulo Grego (PS) cumprimentos todos e
iniciou a sua intervenção falando da Rua Óscar Moreira da Silva esclarecendo
que se deviam tomar medidas aquando da entrada e saída das escolas, pois era
demasiado aflitivo a afluência de trânsito devido a maus estacionamentos e
carros em "2ª fila". Apresentou três propostas que foram: solicitar a presença
assídua da GNR, uma via Stop and Go ou uma via de sentido único
Aludiu para a obra demorada, que se encontrava a decorrer na Rua
Bernardino Machado, N334 e se o furo para a passagem de tubo de água na
Presa esta interligada com aquela obra. Questionou também, uma vez que a
estrada estava rasgada se não iam proceder ao saneamento aproveitando o
estado da mesma
Interveio a Sra. Lurdes Mesquita (PSD) cumprimentou todos e começou
por questionar qual era a data para conclusão da requalificação do antigo
mercado de Mira denominado agora por "Atrium" e a data da sua inauguração.
Explicou que aquele interesse se devia ao facto de futuramente se poderem
realizar eventos escolares no mesmo
Informou que atualmente havia uma quantidade enorme de animais
abandonados naquela zona, questionando assim, quando estaria o Centro de
Recolha de Animais (CRO) em funcionamento
Em resposta o Sr. Presidente da Câmara começou pela questão da Rua
Óscar Moreira da Silva esclarecendo que a mesma estava inseria nua
candidatura de requalificação e estava e ser desenvolvida para que fosse
submetida até ao próximo dia 17 de janeiro de 2022. A requalificação era desde

a "rotunda do Banco Millennium" até ao Liceu, o montante rondava os 300 mil
euros
A obra na Rua Bernardino Machado, N334 era muito importante a seu ver
pois, com aquela obra a qualidade da água ia melhorar substancialmente porque
foi feito um furo na Presa e verificou-se que a qualidade da água era muito
superior comparativamente à Lagoa. A demora deve-se ao facto de se ter que
levar a água desde a Presa até ao depósito de água de Mira. Na Presa a obra
iria ser feita por perfuração, o saneamento não ia ser feito de imediato devido ao
custo elevado
A obra "Atrium" disse que estava previsto a sua inauguração para abril, no
entanto, não se comprometeu com data precisa porque as coisas nem sempre
corriam como previsto. Estava a ser finalizada a parte acústica, colocação de
bancada e a sua envolvente e ficava assim pronta para uso
Relativamente ao CRO afirmou que no primeiro trimestre de 2022 já estaria
em funcionamento, frisou que podia haver a possibilidade de haver um CRO
Intermunicipal
Interveio o Sr. Carlos Nora (PS) cumprimentou todos e começou por
lamentar pela ausência de alguém pertencente à empresa "Pellenc" na última
Assembleia Municipal, quando passado um dia a comitiva daquela empresa
tinha estado na CMM
Voltou a frisar que aquele era o momento para urbanizar, devido ao PDM,
desde a rua do Areal até ao antigo Matadouro
Interveio a Sra. Marta Silva (PSD) cumprimentou todos e enfatizou a boa
execução de obras feitas por aquele executivo. No entanto, sensibilizou para a
necessidade de obras urgentes na estrada do Canal. Questionou acerca de
quando seria concluída a obra do Mercado da Praia de Mira, pois era uma
necessidade urgente e não havia fim à vista
Interveio a Sr. António Gonçalves (PS) cumprimentou todos os presentes
e começou por dizer que uma das suas preocupações prendia-se com o facto de

o nosso concelho ser um concelho rico em parques e jardins públicos e alguns
deles terem árvores de folha caduca. Quando a folha começava a cair era um
problema devido à obstrução das sarjetas que ficavam completamente
entupidas, gostava de saber para quando uma planificação de poda para as
árvores. Haviam arranjos urbanísticos por concluir há algum tempo em Portomar
e os mesmos deviam de ser terminados logo que possível
Frisou a obra do mercado da Praia de Mira, era uma vergonha o que ali se
passava nos últimos anos, mais disse que, foi uma vergonha em particular o ano
passado com aquela barraca mesmo em frente à Extensão do Centro de Saúde.
Queria saber para quando a conclusão da obra
Em resposta o Sr. Presidente da Câmara aludiu para os tempos que
vivemos no sentido que não houve cerimónia alguma com a comitiva da empresa
"Pellenc", ou seja, para a apresentação da empresa esteve presente a comitiva
da mesma e o pessoal da CMM
Relativamente à Rua do Areal até ao antigo Matadouro, estavam em
processo de revisão do PDM e consequentemente estavam abertos a todas as
questões, no entanto, as entidades externas nomeadamente a Reserva Agrícola
e a Reserva Ecológica tinham que se pronunciar. Poder-se-ia colocar a questão
daquela área passar a Urbana, mas teriam que ter parecer positivo das entidades
anteriormente referidas
No que dizia respeito à obra do mercado na Praia de Mira, pensa que colocar
o empreiteiro em tribunal não era a solução para aquele momento, ia haver uma
reunião no início do ano para ultimar as questões para o termino da obra.
Apontou para que a obra estivesse pronta antes da época balnear. Informou que
o mesmo empreiteiro teria ganho a obra do Centro de Saúde com um valor
100mil euros abaixo do preço, logo se veria se era bom ou mau
Em relação à estrada do canal a obra estava adjudicada e que nas próximas
semanas devia começar

As obras no Largo 5 de Outubro em Portomar eram para ser concluídas logo
que possível, as podas às árvores era o único meio/mecanismo que conhecia
para as folhas
Interveio a Sr. Manuel Inocêncio (PSD) que cumprimentou todos e
questionou acerca da situação pandémica atual no concelho
Fez alusão à Zona Industrial do Montalvo e seu desenvolvimento e
questionou de seguida se havia previsão de quando começariam as obras da
empresa "Pellenc" ou se havia outras obras para aquela zona e reportou-se à
cedência de um terreno/lote à equipa de futebol "Associação Desportiva Pinheiro
Manso"
Ficou satisfeito ao verificar que o Executivo estava a ampliar a rede de
parques infantis nas nossas aldeias, as nossas gentes ficavam muito satisfeitas
com aquele tipo de infraestruturas uma vez que vinha colmatar uma lacuna grave
existente nas freguesias periféricas, gostava de saber se havia pretensão de
fazer mais e se sim onde seriam
Interveio o Sr. João Luis Pinho (PS) que começou por cumprimentar todos
salientando que um dos problemas do concelho eram os recursos hídricos.
Mencionou a adjudicação para execução da tão esperada ETAR, havia algumas
propostas e a alguma ia ser adjudicada a obra
Questionou acerca do que pretendia o município fazer para que aquele leque
enorme de recursos e de linhas de água que vinham desde a zona dos
Carapelhos, passando pelo pela Freguesia do Seixo, pela Freguesia de Mira
desembocando tudo na Freguesia da Praia de Mira. O que estava previsto para
que aqueles cursos de água fossem de facto uma mais-valia para o concelho.
Deixou a sugestão de possíveis contactos ao município vizinho (Cantanhede)
para que se criasse um corredor Verde de modo a atrair turistas, ou seja, um
turismo mais sustentável
Informou que o próximo ano era o ano internacional da Pesca Artesanal e
da Aquicultura, disse que todos sabiam que a freguesia da Praia de Mira era uma

Freguesia que lidava com a arte xávega e aquicultura achava por bem haverem
manifestação com objetos ligados a estas artes, por exemplo: um remo, uma
barca, um pequeno tesouro o que tenha algum significado. Aqueles tipos de
patrimónios que por vezes para nós era algo corriqueiro para quem vinha de fora
poderia ser uma pequena memória e que poderia fazer com que voltassem no
futuro
Sensibilizou para o facto das gentes de Mira ainda não fazerem a separação
do lixo, o que era na sua opinião lamentável
Interveio o Sr. Gabriel Pinho (PSD) que começou por cumprimentar todos
e iniciou parabenizando a limpeza feita de cartazes e publicidades das passadas
campanhas eleitorais
Deu os para bens pela obra/ pista que nos ia ligar à Figueira da Foz e que
era aguardada há algum tempo. Voltou a sugerir que os parques de
estacionamento fossem pagos, nem que fosse por um valor simbólico, e que a
receita fosse entregue a associações do concelho de uma forma rotativa
Em resposta o Sr. Presidente da Câmara afirmou que as obras da empresa
francesa já tiveram início com as movimentações de terra e preparação do
terreno, pois querem iniciar a sua laboração o mais rapidamente possível
A CMM ia lançar um concurso público das infraestruturas para uma primeira
fase que era nos terrenos envolventes ao que tinha sido vendido à empresa
francesa e uma segunda fase era o resto da zona industrial
O projeto dos parques infantis era para se estender a todas as aldeias do
concelho
Tomou o uso da palavra a Vereadora Madalena Santos que depois de
cumprimentar todos, informou que haviam 1142 pessoas recuperadas, 78 casos
ativos e 22 óbitos. Em relação à vacinação estávamos com bons indicadores, ou
seja, acima dos 90 porcento de vacinação. Houve uma boa adesão à vacinação
nas crianças, no passado fim-de-semana dos 10 e 11 anos, no primeiro fim de

semana de 7 e 8 de janeiro seria para as crianças de 7, 8 e 9 anos e os que teriam ficado para trás na fase anterior, os mais pequeninos seria no terceiro fim de semana de janeiro. -----------Em termos de rastreios tinham sido feitos rastreios em parceria com os centros de saúde, saúde pública e a Faculdade de Medicina às crianças das turmas que foram isoladas ao longo do primeiro período letivo, em termos de instituições, a Segurança Social é que estava a tratar dos rastreios com alguma regularidade aos funcionários das instituições, nos idosos felizmente tínhamos uma taxa de cobertura de vacinação alta e não tinha havido registos de necessidades de rastreios coletivos em nenhuma das nossas instituições. ----------Continuou o **Sr. Presidente da Câmara** que disse esperar que o processo de adjudicação que falou o deputado João Luís Pinho corresse bem, mais disse, que em relação aos recursos hídricos houve uma reunião com o senhor vicepresidente da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Eng.º Pimenta Machado e foi assegurado o financiamento para um estudo do sistema hídrico a fim de recuperar, reparar e avaliar todos os danos ambientais e de eventuais medidas que possam ter de ser tomadas para os nossos recursos hídricos. ----------Interveio o Sr. Eurico Martins (PS) que começou por cumprimentar todos e começou a sua intervenção sugerindo que os caixotes de lixo tivessem algum tipo de fixação, pois cada vez havia mais alertas sobre alterações das condições meteorológicas e em Mira basta vir um bocadinho de vento e eram só caixotes do lixo no meio estrada e outros virados. -----------Outra situação a apontar era a má visibilidade na Zona Industrial no Seixo, principalmente entre as 6 e 7 da manhã, na sua opinião aquela situação era uma falta de respeito para quem trabalhava e andava na rua aquelas horas. -----------Por último, a rotunda da Praia de Mira que dá acesso ao Mira-Villas, ao cemitério e Avenida Manuel Milheirão necessitava de uma intervenção rápida no pavimento dado o seu estado de deterioração. ------

Interveio o Sr. Augusto Miranda (CHEGA) questionou se os valores das
análises da água da Presa eram acessíveis on-line
Interveio o Sr. Pedro Laranjeiro (PSD) que começou por cumprimentar
todos e questionou acerca das obras que estavam a ser levadas a efeito no
Casal de São Tomé
Parabenizou o executivo por causa da obra na rotunda do Matadouro, no
entanto, aparentemente já estava concluído, mas a iluminação tinha algumas
falhas não sabia se a obra já tinha sido entregue pelo empreiteiro, mas convinha
fazer aquele reparo
Em resposta o Sr. Presidente da Câmara afirmou que relativamente à
fixação dos caixotes do lixo iria ter em conta o reparo feito
Esclareceu que as obras não estão acabadas na totalidade na Zona
Industrial e que podia ser por tal que a iluminação não fosse a melhor, no entanto,
ia pedir ao Presidente da Junta de Freguesia do Seixo que passasse lá e
verificasse se havia alguma questão de alguns postes fundidos e que faça o
reporte à EDP que normalmente os presidentes de junta é que fazem aquele
reporte
Na rotunda da Praia de Mira, a pavimentação já estava a ficar de tal maneira
deteriorada que lhe parecia que a chamada camada de desgaste já não estava
boa, mais tarde tinha que pensar-se em fazer uma nova pavimentação
Deu nota que os valores das análises da água colocadas on-line são
somente as de consumo humano as outras não eram colocadas
No Casal de São Tomé estava com obras para substituição de condutas de
fibrocimento que lá estavam e tinham de ser trocadas
Na rotunda do Matadouro pensa que a falta de iluminação se devia à avaria
de postes, no entanto, iria mandar averiguar a situação
Período da ordem do dia (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12
de setembro):

PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e
situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º
25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação -
Tomada de conhecimento
O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente
DA CÂMARA E MEMBROS DA ASSEMBLEIA
O Sr. Presidente da Câmara fez referência ao rigor que se continuava a
ter a nível de compromissos e a nível de pagamentos em atraso, entre outros
Interveio o Sr. Paulo Grego (PS) apontando para obras muito demoradas,
tais como, o mercado da Praia de Mira. Disse não se lembrar de obra nenhuma
em que o prazo fosse cumprido, todas praticamente corriam mal. Por exemplo,
a dita empresa que ganhou o concurso do Centro de Saúde, podia ficar mais
barata cem mil euros, mas se eles trouxessem mais despesa e tivesse que ser
colocada uma tenda, também a obra iria ficar por um valor muito acima do
espectável
Em relação à restante análise do relatório era preciso perceber que o mesmo
se reportava a finais de outubro, não conseguia perceber como é que em dois
meses, novembro e dezembro, se iria milagrosamente subir as taxas de
execução da despesa e que comparado com o ano passado estava ela por ela,
comparado com os mandatos anteriores era das mais baixas. Referiu também
que o valor comparativamente ao período homólogo tinha aumentado 1 milhão
de euros
Interveio o Sr. Francisco Reigota (PS) onde começou por dizer que não
havia grandes alterações naquele relatório e que para início do mandato
esperava maior criatividade. No entanto, sugeriu que paralelamente aquele
relatório houvesse um outro que respondesse às questões anteriores e que
tiveram de ser analisadas para posterior resposta. Depois, relativamente ao
relatório disse que podia fazer ali análises mais detalhadas, mas bastava-lhe ir
à taxa de execução, questionou qual era o ponto de situação atual e aludiu para

a página nº38 da taxa de execução na parte da despesa que rondava os 53%
mais ou menos, o que na sua opinião não era o mais viável
Saudou o aumento da rede de parques infantis pelo Concelho, no entanto,
não deviam esquecer da manutenção aos novos, mas também aos já existentes,
como por exemplo o da Praia de Mira
Fez referência à iluminação pública, no sentido em que achava que o horário
da mesma devia de ser ajustado pois desligava demasiado cedo
A nível de pavimentações, muitas das que foram feitas estavam bem, mas,
na sua freguesia todas as estradas que iam dar ao centro da Praia tinham de ser
intervencionadas
Em resposta o Sr. Presidente da Câmara afirmou que até dia 31 de
dezembro ainda havia muita receita para entrar nas contas, tais como, a EDP,
os fundos comunitários, entre outros. Informou que até aquele momento não
havia pagamentos em falta a fornecedores, faltava também a última tranche do
IMI, estava-se até aquele momento com cerca de 80% de execução
Esclareceu que quando informou acerca da empresa que tinha ganho as
obras do Centro de Saúde, era no sentido de preocupação e não por aquele ter
ganho por cem mil euros abaixo
Relativamente à iluminação pública, informou que ia ser feita uma
candidatura para substituição das lâmpadas normais pelas LED e iluminação
inteligente o que la corrigir lacunas e assim ficava-se com eficiência energética
e financeira
VOTAÇÃO
Foi tomado conhecimento
PONTO DOIS: Aprovação do orçamento, e plano orçamental plurianual,
opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos
plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2022, nos termos do disposto
na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na atual redação

-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que já se tinha vindo a fazer referência a situações contempladas naquele orçamento. Enumerou alguns factos que vinham a acontecer, tais como, a situação pandémica, a não existência de Orçamento de Estado, a Política Internacional e com isso as taxas de juro a aumentar. -----------Aquele Orçamento tinha um valor de 18 milhões e 483 mil euros e que desses 18 milhões, 6,5 milhões de euros são investimento público, salientou duas obras que achava muito importantes que era a da Escola Secundária e a obra do Centro de Saúde. ---------- Relembrou o valor alocado ao pagamento de salários dos funcionários, onde estava contemplado a atualização do salário mínimo, o aumento de 0,9% para as restantes carreiras, aumento em alguns trabalhadores conforme a nota do SIADAP (Sistema Integrado de gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública) e Subsídio de Penosidade. -----------Interveio o Sr. Augusto Miranda (CHEGA) onde enumerou algumas propostas que gostava de ver implementadas, se possível. Entre elas estavam: o apoio à natalidade, entrega de Ecopontos domésticos, execução e pavimentação de passeios, entre outros. ----------Interveio o Sr. Paulo Grego (PS) que sugeriu dado a ordem de grandeza daquele documento que o Sr. Presidente no próximo, anexasse uma apresentação tal como tinha feito numa reunião em que ambos tinham estado na CIM (Comunidade Intermunicipal), pois era mais concisa e clara. ----------Ao ler o primeiro parágrafo onde estava escrito que aquele orçamento tinha sido elaborado com base nos princípios em que assentava a gestão dos últimos oito anos, transparência, rigor e cumprimento dos compromissos assumidos com os cidadãos do programa eleitoral sufragado no último ato eleitoral o voto da bancada do PS só podia ser um, pois não se reviam naquela metodologia. ----------Interveio a Sra. **Lurdes Mesquita** (PSD) que passou a ler o seguinte texto: "Em primeiro lugar gostaria de realçar, de modo positivo, o facto deste

documento, o Orçamento Municipal 2022, ter sido entregue atempadamente.
Sendo um documento muito extenso e complexo para o comum dos cidadãos,
não somos experts em finanças públicas, é necessário tempo para o analisar e
apreciar
Realçar, ainda, o ambiente sui generis em que este documento foi elaborado
e projetado. Refiro-me, naturalmente, ao clima de grande incerteza, em função
de não haver sequer um Orçamento do Estado aprovado, nem um Governo da
República em plenas funções
Acresce a esta indefinição conjuntural, a necessidade de continuar a
responder aos constrangimentos colocados pela crise pandémica, com impactos
incontornáveis, contra o qual o executivo deve continuar a lutar em defesa da
comunidade mirense
Salientar que é um Orçamento que pretende dar continuidade ao trabalho
realizado na valorização do nosso território, na continuidade dos apoios sociais,
dos apoios às famílias, às associações, às empresas, não esquecendo a
educação, a saúde, a cultura e a promoção da qualidade de vida de todos os
mirenses
Este é um Orçamento de contas certas, sem nunca colocar em causa o
equilíbrio financeiro do município mesmo abdicando de alguns milhares de euros
em impostos, dado que mantem o IMI no mínimo e amigo das famílias
numerosas, bem como a isenção da derrama
Um orçamento que continua a aposta forte no investimento com uma
Despesa de Capital no valor de 6,5 Milhões de Euros e que mesmo assim
apresenta um Superavit corrente de 522 mil euros
Outro pilar deste orçamento é a maximização dos fundos comunitários, como
tem sido apanágio dos executivos liderados pelo Presidente Raúl Almeida,
esperando que este ritmo se concretize também no Plano de Recuperação e
Resiliência (PRR) e Portugal 2030

-----Esperamos que as candidaturas já anunciadas pelo executivo municipal, como a requalificação da Escola Secundária e a requalificação o Centro de Saúde, sejam brevemente aprovadas e uma realidade em 2022. Congratulamos o executivo por ter tido a coragem de querer intervir em infraestruturas que não são suas, mas que são de vital importância para todos os mirenses. Sublinhando, também, a candidatura para intervenção na envolvente da Barrinha.---------No que toca aos fundos comunitários, questionamos a Câmara Municipal se se concretizará em 2022 a ampliação da pista ciclo pedonal. Uma vez que consideramos um projeto estruturante em termos de acessibilidades, aproximação entre as comunidades e com uma forte componente turística. --------Que 2022 seja também o ano de concretização e conclusão do Centro de Recolha Oficial de Animais (CROA), da Ampliação da Zona Industrial Polo 1 e da Zona Industrial do Montalvo, do mercado da Praia de Mira, do antigo mercado de Mira (Atrium), do Parque Estacionamento do Lago do Mar, do campo de futebol do Touring como obras de grande importância para o concelho. ----------Como já foi referido anteriormente, o quadro de indefinição política que vivemos aos dias de hoje, também tem repercussões no âmbito do processo de Delegação de Competências, pairando ainda a incerteza sobre os seus contornos para o próximo ano, nomeadamente, no que se refere à descentralização nas áreas da Saúde, Educação e da Ação Social, pelo que, gostaríamos que o senhor presidente nos informasse quais as diligências que estão a ser efetuadas nestas áreas. -----------Outra área que muito nos preocupa são os recursos hídricos, a preservação e requalificação das linhas e cursos de água. Senhor Presidente, é urgente agir localmente. Vivemos tempos de incertezas ao nível das alterações climáticas, todos temos que contribuir para atenuar os efeitos devastadores desta realidade e garantir um futuro com sustentabilidade. Não esquecendo o contributo destas áreas para a promoção turística do nosso concelho. ------

Embora não seja uma matéria que seja diretamente da responsabilidade da
Camara Municipal, questionamos o que está previsto em termos da expansão
da rede de saneamento, dado que consideramos ser urgente uma cobertura a
100% de todo o território, bem como da melhoria da rede de abastecimento de
água
Sublinhamos, ainda, os investimentos em parceria: como o exemplo do Euro
Velo com a CIM ou Geopark com a Adelo. Protocolos esses que beneficiam o
concelho e as nossas gentes, esperando que estas relações possam continuar
a dar bons frutos
Assim como o povo de Mira deu um tremendo voto de confiança, no recente
ato eleitoral ao reconduzir o senhor Presidente e a sua equipa nos destinos
camarários, também a bancada do PSD confia neste documento com o seu voto
favorável, na certeza da continuidade das opções que a câmara tem tido na sua
aposta de desenvolvimento do concelho e, que para nós, estão certas numa
estratégia ambiciosa e pensada em prol do desenvolvimento do nosso território
e das nossas gentes."
Em resposta o Sr. Presidente da Câmara disse que as sugestões
fornecidas pelo deputado Augusto Miranda foram bem acolhidas e algumas já
estavam contempladas de alguma forma no orçamento
Informou que havia uma capacidade de endividamento por parte do
Município no valor de 2,5 milhões de euros. Ressalvou que o orçamento teve
como "acompanhamento" o Plano de Ação Estratégico e que o mesmo foi
aprovado em Assembleia Municipal
Afirmou que acolhia como boa, a sugestão de fazer um PowerPoint para a
apresentação do orçamento
Relativamente à transferência de competências a Câmara tinha que ficar
com aquelas transferências de competências a partir de abril, nomeadamente,
Saúde e Educação

Interveio o Sr. Francisco Reigota (PS) que questionou relativamente às
obras que estavam previstas para a Freguesia da Praia de Mira (Videira, Barra
e Praia de Mira). A outra questão foi relacionada com o mapa de pessoal que
também ia ali a aprovar. Questionou acerca dos cargos contemplados no mapa
de pessoal e da sua real necessidade e disse que devia direcionar-se
corretamente o investimento em recursos humanos
Interveio a Sra. Lurdes Mesquita (PSD) que afirmou que o caminho
escolhido pelo executivo era óbvio que não seria o escolhido pela oposição, mas
era o escolhido por eles
Relativamente à carga de pessoal, excessiva não era, pois cada vez mais
eram feitas transferências para as Câmaras e tal situação acarretava pessoal
para fazer esse trabalho. A realidade de hoje não era a de há 10 anos atrás, por
exemplo
Interveio o Sr. Paulo Grego (PS) que teceu algumas considerações
relativamente ao Plano de Ação Estratégico que na sua opinião era ambíguo no
sentido que teria de ser atualizado pois a seu ver não podia ser somente uma
obra por cada eixo pois na área da educação não podia ser só a obra do liceu à
semelhança de outros eixos traçados pelo executivo
Tomou o uso da palavra o <b>Sr. Presidente da Câmara</b> que em resposta disse
que tinha orgulho no documento do Plano de Ação Estratégico, embora tivesse
muitas medidas "das 100, se conseguissem 50" hipoteticamente, logo era
positivo
Terminou dizendo que um dos maiores desafios era a fixação de pessoas
no Concelho, para tal, era preciso criar condições tecnológicas, empresariais,
para que houvesse empregos e assim atrair e fixar as pessoas no Concelho
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 2 foi <b>aprovado por maioria</b> , com 9 abstenções
do Partido Socialista, 1abstenção do CHEGA e restantes a favor do PSD

Tomou o uso da palavra o Sr. Paulo Grego (PS) onde fez uma declaração
de voto. Disse que a abstenção era um sinal de confiança dado a este executivo,
no entanto, aquele orçamento era pobre de ideias e desequilibrado
estruturalmente, onde se destacavam que as despesas de capital eram muito
inferiores às despesas correntes
PONTO TRÊS: Transferências de competências dos municípios para
as juntas de freguesia - freguesia de Carapelhos - apreciação e votação,
conforme previsto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de
abril
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que a CMM e a JFC tinham chegado
a acordo em relação às áreas e às verbas (montantes) a transferir para a
assunção daquela transferência de competências
Interveio o Sr. Augusto Miranda (CHEGA) dizendo que achava estranho
ser somente aquela freguesia e não haver mais. Referiu também a pouca
qualidade na execução das obras do Parque das Varandas de São Bento uso
excessivo de calcários que alteram a qualidade das águas, nomeadamente o
PH
Interveio a Sr. Carla Santos (PSD) que explicou que aquela transferência
de competências era feita à semelhança da que tinha a freguesia do Seixo e a
Freguesia de Mira
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 3 foi aprovado por maioria, com 1abstenção
do CHEGA e restantes a favor do PSD e PS
PONTO QUATRO: Protocolo de Colaboração entre a Associação de
Desenvolvimento Local da Bairrada (AD ELO) e o Município de Mira para
constituição de um geoparque "Atlantic Geopark" - "Geoparque do
Atlânico" - autorização de assunção dos compromissos plurianuais, nos
termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.

O Sr. Presidente da Câmara começou por esclarecer que aquele ponto era
relativo a uma constituição de um geoparque que englobava os territórios de
Cantanhede, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho e Penacova.
O nome atribuído era "Atlântic Geopark" - "Geoparque Atlântico". la ser atribuída
à AD ELO a responsabilidade de organizar o processo e assumia a função de
entidade gestora do "Atlântic Geopark". A mesma era a responsável por
apresentar a candidatura à UNESCO
Tomou a palavra o Sr. Augusto Miranda (CHEGA) dizendo que todo o
investimento era sempre importante para o concelho. Queria saber se iam ser
contratadas pessoas da autarquia, para o projeto
Interveio o Sr. Paulo Grego (PS) dizendo que era muito bom se aquele
projeto fosse aprovado. Era um orgulho para Mira pertencer a um geoparque
como aquele apresentado. O caminho era muito longo, pois já tinha
acompanhado projetos como aquele, na sua opinião a escolha geográfica não
era a melhor bem como o nome escolhido. A UNESCO tinha um "crivo" bastante
apertado para aquele tipo de investimento. Demonstrou a sua disponibilidade
para fazer parte daquele projeto e contribuir com aquilo que sabia
Em resposta o Sr. Presidente da Câmara disse não ter conhecimentos
técnicos na área, mas teria todo o gosto em indicar o nome do deputado Paulo
Grego em representação daquela Assembleia se fosse necessário
Aludiu para o facto de que se o projeto fosse pelo menos admitido, teria
projeção a nível de comunicação social. Esclareceu que as pessoas que iam
integrar a equipa eram escolhidas pela AD ELO
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 4 foi aprovado por unanimidade
PONTO CINCO: Aprovação, nos termos do artigo 25.º, do Anexo I, da
Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação do Projeto Regulamento
de Gestão das Praias do Município de Mira
VOTAÇÃO

Colocado à votação o Ponto 5 foi aprovado por unanimidade
PONTO SEIS: Aprovação, nos termos do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei
n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, do Regulamento Centro
Circular
Esclareceu o Sr. Presidente da Câmara que como indicava na própria
proposta aquele documento era o regulamento final depois do mesmo ter estado
em consulta pública e de não ter havido qualquer participação
Tomou a palavra o Sr. Augusto Miranda (CHEGA) ressalvando que ficou
com a dúvida quanto aos acessos (a particulares e a empresas), pois havia um
anexo com a inscrição para empresas, somente
Interveio a Sra. Lurdes Mesquita (PSD) que parabenizou por aquela
infraestrutura e que era tão necessária para o concelho. Ressalvou para a
importância de "educar" as pessoas relativamente à seleção do lixo e que era
um trabalho que todos deviam participar
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 6 foi aprovado por unanimidade
Interveio o Sr. Francisco Reigota (PS) que fez uma declaração de voto
onde referiu que votou a favor daquele ponto pois, considerava-o demasiado
importante, no entanto, achava que o regulamento necessitava de algumas
melhorias, contudo todos o podiam fazer futuramente
PONTO SETE: Aprovação, de acordo com o estipulado na alínea n) do
nº2 do artigo 23º conjugado com a alínea a) do nº1 do artigo 33º da Lei
75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação da Unidade Operativa
Planeamento e Gestão K - Zona Central da Vila de Mira
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que havia uma zona na envolvente
da Igreja Matriz que a seu ver podia ficar urbanizada, daí ter sido feita aquela
proposta
Interveio o Sr. Augusto Miranda (CHEGA) onde achou que era uma
proposta bastante positiva, até porque ajudava a descongestionar aquela zona.

Interveio o Sr. Francisco Reigota (PS) que questionou se teria havido outro
traçado que não aquele que foi apresentado
Em resposta o <b>Sr. Presidente da Câmara</b> disse que a nível territorial estava
previsto para aquela zona uma estrada e que naquela zona já houveram
inúmeras perequações, no entanto, a proposta que estava para ser votada era
aquela que a seu ver era menos prejudicial para quem era proprietário ali
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 7 foi aprovado por unanimidade
PONTO OITO: Aprovação, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo
33.º da Lei. n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, da
integração de servidão no domínio público municipal
Explicou o Sr. Presidente da Câmara que ia haver pontualmente propostas
como aquela e que as mesmas serviam para que pequenas parcelas de terrenas
fossem integradas no domínio público para que depois se consigam resolver
alguns problemas de edificações e construções
Interveio o Sr. Rui Pedro (PSD) que afirmou que aquela aprovação de
servidão no domínio público era para que se pudesse construir uma moradia.
Ressalvou que era importante aquele tipo de ação pois assim, permitia que os
terrenos ficassem urbanos e assim as famílias podiam construir as suas
moradias e fixarem-se nas (suas) freguesias
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 8 foi aprovado por unanimidade
PONTO NOVE: Autorização para a repartição de encargos para os anos
económicos de 2022 a 2023, bem como a emissão de autorização prévia
para assunção de compromissos plurianuais para os mesmos anos, no
âmbito da abertura do procedimento por concurso público com publicação
no Jornal Oficial da União Europeia, para "Aquisição de serviços para o
sistema de gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mira"

Explicou o Sr. Presidente da Câmara que para se poder abrir concurso
público internacional tinha de haver aprovação por parte da Assembleia
Municipal
VOTAÇÃO
Colocado à votação o Ponto 9 foi aprovado por maioria, 9 abstenções do
Partido Socialista, 16 a favor, sendo 1 do CHEGA e restantes do PSD
PONTO DEZ: Indicação de um membro cada partido para integrar o
Conselho Municipal da Juventude de Mira, em cumprimento do disposto
no Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Mira, em
articulação com o artº. 26º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual
redação
VOTAÇÃO
Após votação, mediante escrutínio secreto, foram eleitos os Deputado/a Rui
Pedro (PSD) e Carolina Reigota (PS) com 25 votos a favor
PONTO ONZE: Constituição do Conselho Municipal de Educação /
eleição do representante das Juntas de Freguesia para representação das
Freguesias do Concelho no Conselho Municipal de Educação, nos termos
do disposto no D.L. nº. 21/2019, de 30 de janeiro
VOTAÇÃO
Após votação, mediante escrutínio secreto, foi eleita a Deputada Carla
Santos com 25 votos a favor
PONTO DOZE: Eleição de representantes para a Comissão de análise
técnica das propostas de investimento ao orçamento participativo, nos
termos do disposto no nº. 1, do artº. 11º. do projeto de alteração ao
Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Mira
VOTAÇÃO
Após votação, mediante escrutínio secreto, foram eleitos/a os Deputados/a
Lurdes Mesquita (PSD), Francisco Reigota (PS) e Pedro Laranjeiro (PSD) com
25 votos a favor

PONTO TREZE: Eleição de um autarca da freguesia como vogal do
Conselho Cinegético Municipal, nos termos do disposto no D.L. nº.
202/2004, de 18 de agosto, na atual redação
VOTAÇÃO
Após votação, mediante escrutínio secreto, foi eleito o Deputado Rui Pedro
Rocha (PSD) com 25 votos a favor
PONTO CATORZE: Eleição de um membro de cada grupo parlamentar
para a Comissão de Análise de Candidaturas, nos termos do Regulamento
de Atribuição de Lotes de Terreno para Construção de Habitação Própria
na Urbanização da Videira Norte
VOTAÇÃO
Após votação, foram eleitas/o as Deputadas/o Guida Reigota (PSD), Maria
José Silva (PS) e Augusto Miranda (CHEGA) com 24 votos a favor E 1 NULO
PONTO QUINZE: Restaurante-bar no Parque de Campismo Municipal,
não ocupado por motivo da pandemia do covid-19 - Isenção do pagamento
da segunda tranche da exploração de loja de conveniência - Tomada de
conhecimento
Explicou o <b>Presidente da Câmara</b> que por ter estado tantos meses fechado
devido à Pandemia achou-se por bem isentar
Interveio o Sr. Carlos Nora (PS) sensibilizou o executivo a identificar
comerciantes que necessitavam de ser ajudados de alguma forma
VOTAÇÃO
Tomado Conhecimento
Torriado Corriectific
PONTO DEZASSEIS: Pronúncia de Não Aceitação- Transferência de
PONTO DEZASSEIS: Pronúncia de Não Aceitação- Transferência de
PONTO DEZASSEIS: Pronúncia de Não Aceitação- Transferência de Competências para as Autarquias Locais – Domínio da Ação Social –
PONTO DEZASSEIS: Pronúncia de Não Aceitação- Transferência de Competências para as Autarquias Locais – Domínio da Ação Social – Tomada de conhecimento

Educação, Saúde e Ação Social passavam para as Autarquias Locais, quer se
aceitasse quer não se aceitasse
Interveio o Sr. Paulo Grego (PS) que questionou o porquê da Assembleia
Municipal não se ter pronunciado sobre o assunto à semelhança de outros e ser
somente tomada de conhecimento
Em resposta o <b>Sr. Presidente da Câmara</b> disse que foi por uma questão de
tempo, relativamente a ser curto para se ter feito uma Assembleia Municipal para
tal
ENCERRAMENTO
E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da
Assembleia declarada encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta e
cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as
respetivas deliberações foram todas tomadas como se refere no texto e
aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos
do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de
12 de setembro, na atual redação
O Presidente da Mesa
(Nelson Maltez, Sr.)
O 1º Secretário
(Luís Lavrador, Sr.)